



TURISMO E PLANEJAMENTO: ANÁLISE GEOGRÁFICA E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CARAPEBUS – RJ

TOURISM AND PLANNING: GEOGRAPHICAL ANALYSIS AND PROSPECTS FOR THE DEVELOPMENT OF CARAPEBUS - RJ

Camila Cabral de Castro¹, Rodrigo da Costa Caetano²

¹ Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais; Campos dos Goytacazes-Rio de Janeiro;
milinhapitanga@hotmail.com

² Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro; Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais; Campos dos Goytacazes-Rio de Janeiro;
profrodrigouenf@gmail.com

Resumo - Este artigo é uma contribuição ao estudo do turismo com ênfase na análise geográfica do município de Carapebus, localizado na Região Norte Fluminense. Além das especificidades e das perspectivas para o desenvolvimento turístico em Carapebus, com a abordagem das tipologias pertinentes ao ambiente local, o planejamento é fundamental para que sejam criadas as condições de sustentabilidade das atividades do setor, cujos benefícios podem ser compartilhados pelos munícipes diretamente ou como consequência de políticas públicas associadas à melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Palavras chave: planejamento turístico, desenvolvimento e Carapebus.

Abstract - This article is a contribution to the study of tourism with an emphasis on

geographic analysis of the municipality of Carapebus, located in the North Fluminense. Beyond the specific features and prospects for tourism development in Carapebus, with the approach of the relevant types to the local environment, planning is essential so that they created the conditions for sustainability of sector activities whose benefits can be shared by the citizens directly or as consequence of public policies associated with improved quality of life in communities.

Keywords: tourism planning, development e Carapebus.

Introdução

No artigo apresenta-se uma reflexão teórica acerca de alguns conceitos e concepções sobre o turismo com uma análise geográfica de Carapebus, município litorâneo do Estado do Rio de Janeiro, no que diz respeito às diferentes perspectivas para o turismo e suas especificidades de acordo com as potencialidades locais.

Essa proposta foi construída ao longo das orientações de mestrado em Políticas Sociais na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e vem se “consolidando” com a pesquisa na literatura pertinente e com trabalhos de campo nos quais as observações das paisagens carapebuenses e as diversas entrevistas junto a alguns representantes do poder público, do empresariado local e das comunidades corroboram para o entendimento das principais vicissitudes presentes na contemporaneidade do município em questão.

Para melhor compreensão de Carapebus se faz necessária uma breve explanação sobre algumas considerações geohistóricas com base no estudo de Ana Maria Vasconcellos Almeida, intitulado “Carapebus nas páginas do passado” (2013); até porque muitos dos possíveis leitores deste artigo não conhecem o Norte Fluminense e muito menos a realidade carapebuense.

O território que atualmente é o município de Carapebus, na região administrativa do Estado do Rio de Janeiro conhecida como Norte Fluminense, outrora foi ocupado por uma população formada pelo extinto grupo indígena Goytacá e, posteriormente, parte do que era denominada Capitania de São Tomé teve a sua história associada aos “Sete Capitães” (militares que receberam da Coroa porções territoriais em diversas áreas da citada região por recompensa pelo combate aos franceses na Baía de Guanabara); aos Jesuítas e ao interesse de alguns fazendeiros abastados do Rio de Janeiro. (ALMEIDA, 2013, p. 39).

Almeida (2013, p. 40) revela a origem das terminologias geográficas alusivas às diversas áreas entre Macaé e Campos em “Roteiro dos Sete Capitães”, documento com atribuição autoral para Miguel Ayres Maldonado. A toponímia, portanto, tem como referencial as impressões e comparações apreendidas, registradas e manifestadas nas primeiras expedições exploratórias.

Por onde passavam, construíam currais e engenhos de açúcar e denominavam regiões, campos, rios e lagoas com nomes portugueses, ora de santos do dia, ora conforme as circunstâncias encontradas. Como exemplo, pode-se lembrar que a primeira lagoa por eles encontrada foi denominada Lagoa Feia em virtude da turbulência de suas águas, provocada pelo forte vento sudoeste. Também a Lagoa de Carapebus foi assim batizada pelo grupo em razão da presença do bando de aves escuras que sobrevoaram suas águas, espécies conhecidas desde caçadas feitas na Capitania vizinha, a de São Vicente. (ALMEIDA, 2013, p. 41).

A partir do segundo terço do século XVII a pecuária torna-se a atividade comercial pioneira da planície Goytacá até perder a sua primazia na paisagem para a cana-de-açúcar cuja ascensão consolida-se ao longo do século XIX. Segundo Almeida (2013, p. 50) “vale registrar que o açúcar de Carapebus, para fins de comercialização, só se sobressaiu nas primeiras décadas do século XX (...)”. Ressalta-se, ainda, que Carapebus possuiu uma expressiva produção cafeeira para época.

Sobre o povoamento de Carapebus, as razões históricas da sua progressão populacional são assim mencionadas por Almeida (2013, p. 85):

1. as cheias da Lagoa que, frequentemente, levaram a aglomerar-se em locais mais elevados;
2. o desvio da linha férrea de seu trajeto inicial para a Estação Ferroviária, o que proporcionou o aumento das casas comerciais e residenciais;
3. a chegada dos imigrantes libaneses no início do século XX que, ao fazerem importantes experimentos com a terra, colaboraram para a rápida ocupação do interior da região, o que favoreceu a formação de uma colônia entre as regiões de Pindobas, Rodagem e Imbuiú.

As áreas mais baixas na restinga, próximas à costa e às lagoas, permaneceram com pouca expressividade populacional. Carapebus, conforme Almeida (2013, p. 94 e 95), contava com caminhos rústicos e uma Estrada Geral ou Estrada da Praia que “passava” por localidades importantes e margeava o famoso canal Campos – Macaé¹.

¹ É o segundo mais antigo (1872) e longo (96 km) canal artificial do mundo, com 18 km de lagoas costeiras. No Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba está o seu trecho mais preservado. (PEREIRA & MARTINS, 2012, Ficha C1).

Tanto o referido canal quanto a Estrada de Ferro Macaé – Campos dinamizaram Carapebus e região pela circulação de produtos e pessoas. Atualmente no espaço da antiga Estação Ferroviária funciona a Estação Cultural municipal.

A cultura artística carapebuense foi formada ao longo de muitos anos por violeiros e trovadores, contadores de “causos” e mitos, carnavais e festas religiosas; jongo e fado, dentre outras manifestações como a festa do “boi pintadinho”. Para o lazer tinha a pescaria de canicinho, futebol, cavalgadas, as atividades sociais da Igreja Católica e Batista, posteriormente, banhos de mar e de lagoa. (ALMEIDA, 2013).

A amizade e a união da população são traços marcantes do município, que se emancipou de Macaé, conhecida como “capital” do petróleo, e cresceu pouco nos últimos decênios se compararmos com Rio das Ostras, também limítrofe com Macaé, mas pela outra extremidade litorânea. De acordo com o IBGE (2010), a taxa de crescimento populacional anual média (entre 2000 e 2010) é de 4,42%, enquanto para Rio das Ostras apresenta-se com 11,24% e um elevado grau de urbanização de 94,54%.

Atualmente a população (com estimativa de 14.408 em 2013 pelo IBGE) se concentra na sede e em alguns nucleamentos dispersos pelo território, tendo a predominância, no geral, de paisagens com atividades e aspectos agrários em detrimento de um nível de urbanização de 78,91% em 2010, com uma densidade demográfica de 43,36 (hab./Km²), segundo o IBGE.

Tanto a tranquilidade quanto os aspectos naturais e “bucólicos” do município são diferenciados quando se discute turismo litorâneo no Estado do Rio de Janeiro, e dentre as possibilidades de exploração da referida atividade em Carapebus, destacam-se o ecoturismo, o turismo rural, o pedagógico/cultural e o praiano com suas múltiplas modalidades de exploração.

Alavancar o turismo em Carapebus requer sinergias públicas e privadas, participação e qualificação da população local, bem como a definição das tipologias turísticas a serem apresentadas como viabilidades ao desenvolvimento municipal com exequibilidade e condições mais equânimes de realização, compartilhando-se os seus resultados positivos, compensando os impactos negativos, que normalmente atingem aqueles com maiores vulnerabilidades.

Conceituando o Turismo

A caracterização conceitual sobre alguns tipos de turismo em suas diferentes facetas será importante para delinear (ou identificarmos) como Carapebus se “enquadra” na expectativa do desenvolvimento do referido setor, principalmente por meio do planejamento de políticas públicas voltadas tanto ao ordenamento territorial quanto ao ambiental, imprescindíveis para a sustentabilidade socioambiental das atividades turísticas nos aspectos econômicos e ecológicos.

Para além da conceituação, conhecer o município é fundamental para relacionar a teoria com a realidade percebida, além das interlocuções para apreensão das experiências dos munícipes nas esferas do vivido e do concebido, a fim de estruturar um levantamento prévio sobre as condições turísticas a serem exploradas como potencialidades ao desenvolvimento turístico, considerando-se, também, o desejo e a qualificação da população local para além das condições territoriais e ambientais.

As atratividades turísticas, territorialmente localizáveis ou mobilizáveis, como um circo itinerante já encontrado no município, entre outras diversões, e as amenidades dos recursos naturais representam bem os fatores que impulsionam a economia local pra atendimento de todo um conjunto de demandas ligadas aos movimentos voluntários de fruição do espaço.

Para não se adentrar diretamente em uma discussão sobre os recursos naturais ou interesses econômicos, cabe salientar ou contextualizar que Carapebus não possui alta infraestrutura; é um município teoricamente jovem, pois tem vinte anos de emancipação em relação à Macaé (Até 1995 Carapebus era o 3º Distrito da cidade de Macaé quando no dia 13 de março do mesmo ano foi elevado à categoria de município), e ainda se caracteriza por manter uma “vocaçãõ” agropecuária, típica do interior dos municípios do Norte Fluminense.

A infraestrutura combinada à sazonalidade dos fluxos turísticos, especialmente no verão para os municípios litorâneos, suscita um planejamento estratégico de funcionamento dos aparelhos públicos, de programas políticos para fomentar desde calendários de eventos à destinação de recursos às melhorias das condições ambientais para visitaçãõ e permanência de visitantes variados.

Observa-se que, em grande parte das cidades, principalmente litorâneas, ao mesmo tempo em que há um avanço em seus aspectos socioeconômicos, há degradação ambiental considerável, uma vez que, inicialmente, de modo geral, a cidade não foi desenvolvida para suportar um número de pessoas maior do que o de habitantes residentes. Essa sobrepopulação que se instala nos municípios, principalmente durante os meses do verão, poderá causar danos relativos à poluição de suas ruas, rios, lagoas e praias, se não houver uma infra-estrutura adequada para receber este grande número de habitantes adicionais (GIANELLA & FERNANDEZ, 2007, p. 94).

As diretrizes orçamentárias para o turismo devem ser encaradas como investimentos geradores de emprego ou trabalho e renda, sem contar com o chamado “marketing” político e os benefícios “indiretos”, pois, teoricamente, as benfeitorias para recepção dos turistas serão compartilhadas com os moradores, além das trocas simbólicas entre as partes. Significa contemplar a população local em termos de qualificação de mão-de-obra, mobilidade urbana, segurança pública, abastecimento de água, coleta de lixo, eventos, programações culturais para diversos públicos etc.

Entrementes, tanto a materialização das melhorias estruturais quanto a perspectiva da multiculturalidade a partir do encontro dependem do tipo de turismo que o município e a comunidade podem e/ou propõem desenvolver.

O estudo sobre alguns dos tipos de turismo e a análise da percepção geográfica sobre o município em questão associadas às potencialidades e aos desafios para o turismo “pavimentam” o caminho escolhido para a presente reflexão, que não tem a pretensão de ser conclusiva.

O turismo, conceitualmente, tem muitas definições, mas não deve ser relacionado somente às atividades de lazer em movimentos voluntários de pessoas por meio de viagens em várias escalas; também não basta o aferimento do tempo na permanência e na frequência do turista. “De acordo com a duração, o *turismo* pode ser *excursionista* (viagem de menos de 24 horas), *de fim de semana*, *de férias*, *de tempo indeterminado*. Quanto à *frequência*, o *turismo* pode ser *regular* (anual, mensal, de férias e feriados etc.) ou *esporádico*” (BARRETTO, 2011, p. 19).

Existem os fluxos decorrentes de imperiosas necessidades da vida ou do trabalho, a exemplo dos “discutíveis” turismos de tratamentos de saúde ou de negócios, respectivamente, ambos carecendo de logísticas e temporalidades diferenciadas.

A maior parte dos autores que escrevem sobre turismo coloca os negócios como um dos objetivos desta atividade, criando assim a categoria *turismo de negócios* (...) entende-se que uma viagem de negócios não pode ser considerada turística a partir do momento em que há finalidade lucrativa e a pessoa está realmente a trabalho e não por vontade própria (BARRETTO, 2011, p. 21).

Entretanto, ainda para Barretto (2011, p. 21) há um contrassenso, “o que acontece normalmente é que a pessoa que viaja a negócios, por motivos profissionais ou para eventos, comporta-se como um turista, pois utiliza praticamente todos os serviços turísticos”. Na região Norte fluminense o chamado turismo de negócios pode ser mais observado em Macaé, onde em muitos hotéis o preço da diária é menor nos finais de semana do que nos “dias úteis”.

As (inter)subjetividades socioculturais muitas vezes se misturam às condições e aos propósitos econômicos dos turistas; depreende-se que as especificidades das relações dos visitantes e dos visitados, principalmente a dinâmica do ambiente que compõem, devem ser analisadas à luz até mesmo das necessidades de receber bem e de ser bem recebido pelo munícipe e pelo turista, respectivamente.

Alguns destinos turísticos apresentam mais atrativos e se preparam melhor para receber pessoas de outras localidades com pelo menos duas intenções: “oxigenar” a economia e ordenar os espaços a serem visitados e impactados, evitando transtornos aos moradores e degradação ambiental, problemas que provavelmente afetarão o retorno e o *marketing* turístico. Na análise de Swarbrooke (2002, p. 03) sobre *marketing* e turismo sustentável:

Muitas pessoas poderiam argumentar que o marketing é a antítese do turismo sustentável e que a realização deste último deve implicar, inevitavelmente, a redução do poder do marketing no turismo. Entretanto, em nossa opinião, este ponto de vista é irreal e incorreto. Atualmente, o marketing é uma força muito poderosa (...). Talvez, a longo prazo, possa haver uma reação dos consumidores contra o marketing e o consumo, mas, até lá, devemos ver se podemos usá-lo para ajudar o progresso da causa do turismo sustentável.

A projeção turística de certa localidade com aumento significativo pela visitação também pode afastar determinados públicos além dos turistas que se incomodam com a presença de outros turistas, chegando a buscar novos destinos menos procurados para explorarem.

Os espaços de muitos municípios brasileiros são transformados por conta dos interesses que envolvem as atividades turísticas. Em alguns casos, apropriações e “segregações” de determinadas porções territoriais seguem processos de mercantilização dos espaços motivados por grandes fluxos turísticos de contemplação e consumo.

Dos investimentos públicos e privados no turismo brasileiro em prol do desenvolvimento têm mais destaque aqueles direcionados para o litoral, com reconhecimento internacional, criando ou acelerando, em certas localidades, a urbanização por intensificação de transformação espacial tendo em vista as atuais demandas e as expectativas de uso do espaço. Conforme Cruz (2007, p. 54) explica:

A crença do turismo como fator indelével de desenvolvimento econômico e na internacionalização dos fluxos como elemento inevitável para o alcance desse desenvolvimento são alguns dos paradigmas orientadores dos processos de urbanização atrelados ao turismo na costa brasileira. De outro lado, emergem como modelos de urbanização no litoral a estetização e estandardização de linhas de beira-mar (muito similares em localidades por vezes muito distantes umas das outras), os condomínios fechados de alto padrão e, mais recentemente, como uma clara tendência nacional, os *resorts* [...].

Contrapondo, em parte, o modelo intervencionista, determinadas localidades precisam manter as suas características (naturais) para continuarem com sua beleza cênica e atraindo visitantes preocupados com a questão ambiental; o crescimento econômico desordenado espacialmente e o fluxo turístico excessivo, típico do turismo de massa, podem ameaçar a satisfação turística, mormente os praticantes do ecoturismo.

É importante ressaltar que nem todos os turistas querem “badalação”; a paz e a tranquilidade têm se constituído em uma das expressões mais citadas quando se fala em descanso nas férias e nos feriados prolongados. O ritmo acelerado e o estresse do trabalho, que se tornaram praticamente rotina na vida de muitos trabalhadores, influenciam na escolha de lugares menos “agitados”, sem trânsito “engarrafado”, altos índices de violência, e poluições.

Dispensar o planejamento turístico adequado em relação às demandas e às intervenções no meio físico municipal ocasionará em potenciais transformações com riscos de irreversibilidade ao ambiente buscado por alguns visitantes.

[...] o turismo também pode provocar uma deformação na própria natureza, na flora e fauna, na água e no ar. Se todas essas pressões tornarem-se fortes demais, ultrapassando os limites que a terra pode suportar, ela perde seu valor de recreação e lazer (KRIPPENDORF, 2002, p. 17).

Mesmo sabendo que é uma terminologia da moda, ratifica-se que a sustentabilidade é uma condição para a continuidade das atividades turísticas, ainda mais quando se trata do litoral, onde os efeitos da alta temporada deixam marcas econômicas, culturais, sociais e ambientais. Alerta Swarbrooke (2006, p. 06):

Quando um balneário já está desenvolvido, é vital manter sua posição para que o resultado não seja o abandono, a perda de empregos e o desperdício de recursos. Portanto, o turismo sustentável diz respeito a tentar manter a atração das estâncias para os turistas e aumentar a qualidade do meio ambiente e do turismo que elas atraem.

O autor citado anteriormente escreve sobre a decadência do “ciclo de vida” das estâncias balneárias e os esforços para renovação em nível internacional (2006, p. 06), concluindo que:

Há muito tempo o litoral tornou-se uma atração para os turistas, e continua a sê-lo. É por isso que o desafio está em renovar as estâncias balneárias tradicionais do litoral e desenvolver novas destinações à beira-mar que possam mostrar que aprendemos as lições de experiências anteriores (IBIDEM, p. 11).

Retomando o debate acerca do turismo litorâneo no recorte espacial escolhido, destaca-se a possibilidade de Carapebus enquanto nova destinação para atração turística, com os devidos cuidados frente aos impactos ambientais inexoráveis. Para Xavier (2007, p. 25):

O turismo, como qualquer outra atividade humana, vem gerando impactos de ordem social, cultural e ecológica, transformando paisagens e culturas em mercadorias, produzindo apropriação dos lugares pelo capital e excluindo do processo turístico camadas da população de menor poder aquisitivo.

A população local deve ser parte integrante do turismo sustentável nas municipalidades, principalmente quando existe um forte apelo pelas características de ordem ambiental a serem exploradas pelo respectivo segmento econômico ainda em desenvolvimento, como no caso de Carapebus, município no qual os menos favorecidos podem se beneficiar do turismo litorâneo, ecológico ou cultural, que, segundo Barretto (2011, p. 22) “no sentido mais amplo seria aquele que não tem

como atrativo principal um recurso natural”. Com tal propósito, tanto o patrimônio cultural municipal quanto a cultura dos municípios precisam receber uma atenção especial. Afirma Caldeira (2014, p. 133):

O turismo se enriquece quando permite que o viajante tenha contato com manifestações artísticas e culturais de outros povos e lugares, o que significa conhecer diferentes meios de produção técnica ou intelectual, que funcionam como poderosos atrativos. O turista sente prazer em conhecer as belezas das paisagens naturais, que proporcionam surpresas e emoções físicas ou estéticas, e em ter acesso a informações sobre os bens de maior significado das localidades e às variedades proporcionadas pelo novo ambiente. Ele ser bem acolhido e obter informações específicas de seu interesse é fundamental para que o turismo se realize de modo completo.

Para que ocorra uma inserção positiva desses habitantes existe a necessidade da elaboração de um planejamento turístico governamental que induza a qualificação profissional adequada ao crescimento das demandas de comércios e serviços, bem como a conscientização cidadã, imprescindível à continuidade sustentável das ações no espaço turístico.

O Desenvolvimento do Turismo Planejado

O ato de planejar é intencional e faz parte de qualquer gestão municipal. Quando se pensa em desenvolver a economia local – municipal as prioridades devem ser ordenadas e as ações precisam ser articuladas tendo em vista a disponibilidade de recursos, o período de execução de programas e o trabalho conjunto para potencializar os resultados.

Um calendário de eventos municipal é elaborado todos os anos em Carapebus, tendo início no dia primeiro de janeiro com o chamado “Verão Verde” com programações na praia e no centro. Em fevereiro é intensificado o número de eventos para o período do carnaval. O dia 13 de março é a emancipação do município, data comemorativa considerada por muitos moradores como o dia da “libertação” de Macaé. Em abril acontece a gincana da Pesca e no dia 29 do referido mês é o aniversário do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, ícone do ecoturismo em Carapebus e região.

Ao longo do restante do ano são organizadas festas religiosas, cavalgadas, caminhadas ecológicas, dentre outras atividades, nas quais a cultura regional é

exaltada por meio de artesanato, comidas típicas, palestras, shows com artistas locais etc.

Entender os fatores de atração turística, a possível sazonalidade, o tamanho e a caracterização do público-alvo para o turismo são informações pertinentes a fim de se subsidiar a elaboração de um planejamento condizente com a dinâmica já existente e com os tipos de turismo, incluindo seus eventos, a serem fomentados pelo poder público.

Também é de suma relevância a estruturação do espaço para recepção e percepção turística, considerando-se as práticas sociais e as condições hospitaleiras da população local. Conforme explica Xavier (2007, p. 30):

O espaço sustenta todas as categorias de atrativos turísticos, classificadas em naturais e histórico-culturais, as manifestações e os usos tradicionais e populares, as realizações técnicas e científicas contemporâneas e os eventos programados.

O espaço turístico abriga os equipamentos turísticos, a exemplo dos meios de hospedagem, serviços de alimentação, entretenimento e diversões, agenciamento e transportes. Além disso, no espaço turístico acontece o deslocamento das pessoas e a conduta das comunidades para receber o visitante.

É imperiosa a interação local do segmento turístico com os comerciantes e os prestadores de serviços, assim como um planejamento governamental para que os munícipes não sejam preteridos no processo de fruição do espaço, pois os recursos disponíveis no município devem ser organizados para se obter um aproveitamento apropriado tanto para as atividades turísticas quanto para as cotidianas dos habitantes, evitando conflitos.

O chamado tratamento com “urbanidade”, a convivência harmoniosa possivelmente é ameaçada à medida que a relação entre oferta e procura turística torna-se discrepante, como na modalidade do turismo de massa, em que até mesmo na fila do pão pode ser iminente uma confusão. Segundo Casasola (2003, p. 09):

Em razão do turismo de massa da era moderna em escala regional demandar uma grande quantidade de serviços, o crescimento, na maioria dos casos, orienta-se em direção a um processo de urbanização mal entendido. Deve-se considerar que o turismo tem também um efeito urbanizador: as aldeias se transformam em pequenos vilarejos e estes em cidades. Isto produz um crescimento desordenado com os efeitos negativos [...].

Por outro lado, e com outra escala, a modalidade do ecoturismo se mantém justamente pela conservação geral das condições ambientais locais, mas pode apresentar uma demanda consideravelmente menor do que a oferta pela expectativa tantas vezes conjuntural do lucro ou pelos impactos decorrentes de fluxos exagerados. Assim, qualquer transformação no espaço deve ser planejada pensando-se nas consequências socioambientais e nas medidas de mitigação dos respectivos impactos visuais, sonoros, territoriais, entre outros. Costa (2005, p. 15) esclarece:

A história do ecoturismo está ligada a uma noção de turismo ao ar livre, o que carrega uma interpretação – um tanto falha – de atividade específica de deslocamento para áreas naturais. O ecoturismo é mais do que isso: é, antes de mais nada, uma atividade que compreende em si um *posicionamento* ambiental de conservação do patrimônio natural e cultural, tanto em áreas naturais como não naturais.

A retirada da restinga para dar lugar ao paisagismo que integra calçadão e plantas ornamentais “estranhas” (exóticas) ao ambiente local não seria um bom exemplo de proposta ao ecoturismo. Conservação e conscientização do ambiente são fundamentais para a correspondência conceitual do ecoturismo, que prevê a interação com a cultura e a identidade territorial das comunidades residentes no próprio espaço de fruição turística e adjacências.

Dentre as opções para o ecoturismo, o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba conta com dezessete lagoas localizadas dentro dos seus limites. Além das lagoas de Carapebus e Paulista, a lagoa de Jurubatiba também possui ligação com o histórico canal Campos-Macaé. A primeira tem mais infraestrutura, balneário praiano, e conta com a área mais extensa, mas parte significativa se encontra para além dos limites do Parque, sendo a última, homônima ao Parque, a lagoa com a maior profundidade e com alto número de plantas aquáticas. (PEREIRA & MARTINS, 2012, fichas L3 e L1).

A menção quanto às características destacadas anteriormente se justifica porque no ecoturismo se buscava um maior contato com o ambiente físico, ou seja, preconizava-se bastante a relação com o meio; todavia, acompanhando o crescimento da educação ambiental crítica, a preocupação com o homem e a cultura local encontra-se em ascensão. Nesse sentido, totalizante, o turismo “pedagógico” também pode ser realizado, servindo, inclusive, como um dos possíveis exemplos

de “conciliação” entre as duas ou mais perspectivas turísticas, agregando interesses em recursos naturais e humanos na mesma viagem, além de visitas com propósitos científicos e interdisciplinares. Segundo Bonfim (2010, p. 126):

O turismo pedagógico é uma prática que procura proporcionar a convivência entre pessoas de culturas diferentes, apresentando situações favoráveis para a prática do aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser, propiciando uma pedagogia participativa, na qual os alunos serão estimulados a se envolver ativamente.

Os estudantes quando têm a oportunidade de conhecer realidades diferenciadas despertam a curiosidade e a criatividade, aprendendo em um ambiente onde a recreação e a espontaneidade favorecem ao dinamismo didático-pedagógico em prol da construção do conhecimento de maneira participativa.

O turismo rural também pode ser enquadrado nessa dinâmica pedagógica associada ao ecoturismo quando é voltado para relações produtivas harmônicas e sustentáveis, a exemplo da reprodução dos princípios agroecológicos em propriedades preparadas para recepção de visitantes. Alguns assentados da Reforma Agrária no município já se manifestaram favoráveis à conscientização ambiental por meio da explicação de suas práticas agrícolas no próprio lote.

Sobre a logística, envolvendo transporte para o deslocamento dos estudantes e infraestrutura para uma permanência que supere o excursionismo de um dia, muitas vezes denominado, nesse contexto, de “passeio de escola”, as condições locais se constituem como fator mais comprometedor para ampliação do tempo do turismo pedagógico em Carapebus. Contudo, tratando-se de instituições de ensino e pesquisa do Norte Fluminense, o fluxo diário até poderia ser aumentado, tendo em vista as distâncias a serem percorridas e os seus decorrentes custos.

Aos estudantes de Carapebus, as viagens são fundamentais para o conhecimento regional, incluindo as visitas às instituições de ensino superior, nas quais aspirações de formações profissionais podem surgir, bem como perspectivas de desenvolvimento a partir de uma dinâmica populacional intermunicipal qualificada para o trabalho ou em processo de graduação e aperfeiçoamento.

É um município no qual parte da população economicamente ativa precisa se deslocar às cidades vizinhas, principalmente Macaé, para atuarem efetivamente no mercado de trabalho. Uma relação de dependência é instaurada entre essas cidades, caracterizada pelo chamado “movimento pendular” diário entre a casa e o

trabalho, excetuando-se, normalmente, os finais de semana ou apenas o domingo, dependendo da atividade laborativa.

A emancipação de Carapebus, reivindicada em meio à alegação da concentração de investimentos na sede de Macaé, inaugura a possibilidade da autonomia da gestão das receitas do novo município, que até o momento não foram suficientes para alavancar o crescimento econômico produtivo significativo e o desenvolvimento socioambiental sustentável, apesar da considerável (proporcionalmente) quantia decorrente do pagamento de *royalties* pela exploração de petróleo e gás.

Os *royalties*, provenientes de contratos que não estão sob os efeitos do novo “Marco Regulatório” (Lei 12.858/2013), podem ser aplicados em infraestrutura e melhorias ao meio ambiente, que servem direta e indiretamente à valorização do turismo, corroborando com a organização e difusão seus atrativos. Enfatiza-se para Carapebus a alternativa de destinação dos turistas em busca de tranquilidade e amenidades nos horizontes da restinga, tanto para o veraneio praiano quanto para o ecoturismo, que precisa ser planejado regionalmente para a inserção de atividades contínuas, beneficiando economicamente os grupos com maior vulnerabilidade aos impactos provocados pelas atividades relacionadas aos negócios do petróleo.

As obras de infraestrutura municipal, tais como saneamento básico, pavimentação de vias públicas, sinalização, entre outras, convêm aos munícipes e aos turistas, pois compartilharão da organização espacial cada qual com suas intenções. A educação, enquanto política pública e social, também contribui para ambos, no aspecto da cidadania e na qualificação profissional, questão que tem sido motivo de preocupação da prefeitura, tendo em vista as novas vagas de trabalho a partir da criação da Zona Especial de Negócios de Carapebus.

Por outro lado, a educação é fundamental para compreensão ambiental e à revelação das potencialidades municipais para o turismo de cunho sustentável, além de preparar recursos humanos para setores ligados às atividades turísticas, tais como comércio e serviços, especialmente para as diversas funções da hotelaria.

Quanto à sustentabilidade turística relacionada aos recursos humanos voltados para o setor, considera Swarbrooke (2002, p. 28) que “o turismo somente pode existir se a indústria de turismo atrair e mantiver um quadro de pessoal de boa qualidade, ou seja, se houver uma força de trabalho sustentável.” Mais a frente o

referido autor (2000, p. 32) alerta para o fato que “em muitos casos, ainda existe uma lacuna muito grande entre a indústria do turismo e as instituições educacionais, o que reduz ainda mais as oportunidades de treinamento e de desenvolvimento pessoal.”

A organização municipal do turismo local é tão fundamental quanto a divulgação necessária ao estímulo da visitação para os seus atrativos “naturais”. Planejamento e marketing combinados estrategicamente potencializam os resultados do setor para população.

Além do veraneio e do ecoturismo, os turismos pedagógico/cultural e rural, oriundo de uma vocação ou de uma cultura regional, compõem o quadro de potencialidades turísticas. Mesmo sendo pouco desenvolvido o turismo rural, a ruralidade provavelmente estará presente, até mesmo por imanência, nas demais tipologias turísticas locais. As práticas sociais dos carapebuenses e suas formas passadas expressas e atuais manifestadas nas paisagens dificilmente não serão identificadas pelos visitantes em busca de lazer e descanso.

As relações entre as pessoas com e nos destinos turísticos podem conferir os encantamentos simbólicos, a exemplo eventos espirituais, e/ou as resoluções de problemas mais objetivos, dependendo das intencionalidades projetadas nos lugares visitados, das expectativas/motivações, dos (des/re)encontros, da temporalidade do vivido na estada e do chamado estado de espírito para as percepções espaciais apreensíveis em praças, igrejas, lagoas, praias, parques, etc.

O turismo em Carapebus requer contemplação e humanização. Contemplar, nesse caso, é dar conta do anseio da população, com atenção às necessidades das comunidades, bem como observar o espetacular, a monumentalidade da paisagem bem cuidada, humanizada pela valorização cultural.

Considerações Finais

O planejamento e o investimento municipal são imprescindíveis para o desenvolvimento turístico em Carapebus e relevantes para tornar mais aprazível a estada dos visitantes e melhorar a qualidade de vida dos moradores, tendo em vista, respectivamente, a fruição no espaço e a ampliação das oportunidades de trabalho e renda direta ou indiretamente, o que revela a compreensão da interdependência.

No entanto, os papéis junto ao poder público local são diferenciados entre moradores e visitantes; participação cidadã e controle social em prol de políticas públicas que atendam ao referido setor devem fazer parte do cotidiano dos municípios para a melhor inserção das comunidades.

Com o planejamento estratégico para o turismo e as condições orçamentárias engendradas visando aos projetos de: infraestrutura, qualificação profissional, programação cultural, formação educacional e conservação ambiental, consentâneos às perspectivas de desenvolvimento, sustenta-se muito mais do que uma atividade econômica.

Referências

- ALMEIDA, Ana Maria Vasconcellos. **Carapebus nas páginas do passado**. Niterói – RJ: Muiraquitã, 2013.
- BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 20ª edição. Campinas: Papirus, 2011.
- BONFIM, Mailane Vinhas de Souza. Por uma pedagogia diferenciada: Uma reflexão acerca do turismo pedagógico como prática educativa. **Revista Turismo Visão e Ação** – Eletrônica, v. 12, nº 1, jan / abr, 2010. pp. 114-129. <http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/1127/1511>. Acessado em novembro de 2014.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades. <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acessado em agosto de 2014.
- CALDEIRA, Altino Barbosa. Cultura e Turismo. In: ARANHA, Rafael de Carvalho & GUERRA, Antonio José Teixeira. (ORGS.). **Geografia aplicada ao turismo**. São Paulo: Oficina de Textos, 2014. pp. 131-156.
- CASASOLA, Luis. O turismo e sua repercussão ambiental nos centros turísticos não planejados. In: _____. **Turismo e ambiente**. Tradução Waldelina Rezende. São Paulo: Roca, 2003. pp. 07-13.
- COSTA, Patrícia Côrtes. O ecoturismo é uma “coisa” nova? In: _____. **Ecoturismo**. 2ª Edição. São Paulo: Aleph, 2005. pp. 13-17.
- CRUZ, Rita De Cássia Ariza Da. Litoral – ócio e negocio à beira-mar. Estado, mercado e produção do espaço litorâneo no País. In: CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007. pp. 53-66.

GIANELLA, Leticia de Carvalho & FERNANDEZ, Marcos Antonio. Atividade turística em municípios litorâneos: valoração ambiental de custos/benefícios e sua percepção pela população. Um estudo de caso em Cabo Frio, RJ. In: BRANQUINHO, Fátima & FELZENSZWALB, Israel (ORGS.). **Meio Ambiente: experiências em pesquisa multidisciplinar e formação de pesquisadores**. Rio de Janeiro: Mauad X – FAPERJ, 2007. pp. 93-112.

KRIPPENDORF, Jost. Desenvolvendo o turismo em harmonia com os seres humanos e o ambiente natural. Tradução de Andresa Dummer. In: GASTAL, Susana, BENI, Mário Carlos, CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. (ORGS.). **Turismo: investigação e crítica**. São Paulo: Contexto, 2002. pp. 11-23.

PEREIRA, Frederico Meireles; MARTINS, Rodrigo Lemekris. (ORGS.). **Atrativos do PARNA da Restinga de Jurubatiba: Turismo e Educação Ambiental - Macaé: NUPEM/UFRJ, 2012.**

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: setor público e cenários geográficos**. Vol.3. Tradução Esther Eva Horovitz. 3ª Edição. São Paulo: Aleph, 2006.

_____. **Turismo sustentável: gestão e marketing**. Vol. 4/ Tradução Esther Eva Horovitz. 2ª Edição. São Paulo: Aleph, 2002.

XAVIER, Herbe. Turismo como fenômeno geográfico. In:_____. **A percepção geográfica do turismo**. São Paulo: Aleph, 2007. pp. 15-25.

Sobre os Autores

Camila Cabral de Castro - Professora de Geografia e Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). E-mail: milinhapitanga@hotmail.com

Rodrigo da Costa Caetano - Licenciado, bacharel, mestre e doutor em Geografia e Professor do Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico e do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). E-mail: profrodrigouenf@gmail.com

Data de submissão: 11/01/2015

Data de aceite: 20/04/2015